A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Comentário a "La Construcción institucional de las ciências sociales en América Latina: Problemas y Perspectivas", de Fernando Calderón e Patrícia Provoste, apresentado à reunião sobre Estado e Ciências Sociais na América Latina, Brasília, Maio de 1989.

Simon Schwartzman
Universidade de São Paulo

O amplo quadro que Fernando Calderón e Patricia Provoste nos apresentam das ciências sociais na América Latina, construído a partir de um conjunto de relatórios nacionais especialmente elaborados, é no mínimo intrigante. Por um lado, as ciências sociais se expandiram quantitativamente, e diversificaram suas áreas e formas de atuação, a tal ponto que os autores não temem afirmar ter havido, nos últimos anos, um incremento do impacto social da pesquisa na região; por outro, elas vivem uma situação de extrema instabilidade institucional, exprimidas entre Estados pouco sensíveis às suas necessidades, demandas de mercado que forçam ao abandono de preocupações mais teóricas em benefício de temas mais práticos, e fundações internacionais que tratam de influenciá-las no sentido de suas próprias orientações. Como é possível que as ciências sociais tenham conseguido se desenvolver de forma tão positiva, em meio a condições tão adversas? A questão se torna ainda mais intrigante quando notamos que, no panorama latino-americano, o Brasil se sobressai não somente como o país que tem o maior número de instituições e pesquisadores, como também como o único onde os três elementos da vida nacional que influiriam mais diretamente sobre as instituições de ciências sociais - a democracia e a estabilidade nacional, a contribuição do Estado à pesquisa social, e a existência de programas estatais adequados às necessidades nacionais de desenvolvimento da pesquisa em ciências sociais - se dariam de forma cumulativa e concomitante. E no entanto sabemos que as coisas são também bastante problemáticas no Brasil, ainda que talvez de forma diferente do que a de outros países.

Há algo neste quadro que soa estranho, e eu gostaria de sugerir, a título de hipótese, que o problema talvez esteja no modelo mais ou menos explícito de desenvolvimento científico e profissional que os autores utilizam em sua análise, que me parece ser, essencialmente, de tipo linear: as ciências sociais crescem em tamanho, multiplicam suas clientelas, diversificam seus formatos institucionais, ampliam sua temática. Se nada interromper este processo (fatores como a instabilidade política, a falta de apoio governamental, o cerceamento à liberdade de expressão, as pressões de mercado de curto prazo) ele continuará sua marcha para a frente, até a institucionalização definitiva da profissão e o amadurecimento incontestável da pesquisa e de sua relevância para a sociedade. Como existem ameaças, cabe aos cientistas sociais se organizar

para, juntos, lutar para que as condições de sobrevivência e expansão de suas atividades sejam asseguradas.

O atraente deste modelo interpretativo é que ele permite um amplo consenso entre cientistas sociais de vários tipos, e coloca os problemas existentes, essencialmente, do lado de fora do campo das ciências sociais. Mas acho que, por outro lado, ele pode obscurecer, ao invés de esclarecer, as profundas diferenças, contradições e problemas que existem no próprio seio das ciências sociais, e, desta forma, acabar por prejudicar, mais do que ajudar, para o equacionamento adequado de seus problemas.

Me parece que uma abordagem mais profícua exigiria problematizar, desde o início, a suposta identidade entre expansão quantitativa, profissionalização e cientificização das ciências sociais. Ou seja: o aumento quantitativo das ciências sociais não significa necessariamente que a "profissão" de cientista social esteja crescendo, ou se institucionalizando; e o aumento de pessoas formadas em ciências sociais escrevendo sobre muitos assuntos, ou prestando assessoria a grupos sociais deste ou daquele tipo, não significa necessariamente que a pesquisa social esteja melhorando de qualidade, ou aumentando a sua influência. A própria idéia de "pesquisa social" precisaria também, naturalmente, ser problematizada. Examinemos estas coisas diferentes uma de cada vez.

A expansão quantitativa do ensino das ciências sociais nas universidades latino-americanas, para começar, se explica muito mais pela problemática do ensino superior na região, do que por algum processo que estivesse ocorrendo de profissionalização da área enquanto tal. Sabemos que os cursos de nível superior em nossas universidades são extremamente estratificados, tanto em termos de suas exigências intelectuais e acadêmicas quanto em função da origem social de seus alunos, quanto, finalmente, ao prestígio e ao reconhecimento público de suas atividades profissionais posteriores, coisas estas altamente correlacionadas entre si; sabemos também que, nesta estratificação, as ciências sociais ocupam um lugar bastante baixo, só acima, talvez, das chamadas "profissões sociais", ou ciências sociais aplicadas, como o serviço social, a educação e outras semelhantes. O resultado desta situação é que as ciências sociais, nos cursos de graduação, recebem principalmente os alunos que não conseguem ser aceitos ou concluir os cursos das carreiras mais prestigiadas, seja por não possuírem a necessária educação prévia, seja por pertencerem a setores sociais que não têm condições ou motivação para se dedicar de forma mais intensa aos estudos. Este recrutamento negativo das ciências sociais repercute na qualidade dos cursos, em seu desprestígio, e no pequeno volume de recursos que conseguem na competição com as carreiras mais tradicionais. O resultado são as altas taxas de evasão nos cursos de

ciências sociais, e o grande número de pessoas graduadas que abandonam qualquer atividade que possa se assemelhar ao exercício de uma profissão na área social.

A principal forma de profissionalização das ciências sociais, em todo o mundo, são as atividades de magistério de primeiro e segundo grau. Professores precisam ser formados por outros professores, e escolas de professores também precisam ter onde formar seus mestres. Ainda hoje, nos Estados Unidos, a principal função dos programas de pós-graduação em ciências sociais é a de formar professores para os "colleges", que desempenham de alguma forma o papel que nossas escolas secundárias deveriam desempenhar. A expansão das faculdades de filosofia no Brasil seguiu a mesma lógica, e levou à criação de cursos de pós-graduação em ciências sociais, quando doutorados e mestrados passaram a ser exigidos para as carreiras de magistério superior.

Mas o magistério paga pouco e não tem prestígio, e por isto foi criada, a lado das licenciaturas para o magistério, a titulação de bacharel, que habilitaria, em princípio, para uma profissão liberal tão "profissional" quando a dos médicos ou dos dentistas (a nomenclatura certamente varia em outros países da região, mas o fenômeno sem dúvida ocorreu de forma semelhante). Na prática, sabemos que não foi assim. Uma profissão não se constitui pela simples organização corporativa dos detentores de determinadas credenciais, se eles não são suficientemente organizados, e não conseguem evidenciar a posse de um conhecimento específico, complexo e desejável pela sociedade como um todo. Nenhuma destas condições se dava com as ciências sociais, e isto explica porque elas se tornaram, em todo lugar, a "profissão maldita", que os pais não desejam para os filhos, e que frustra e afugenta os que tiveram a desventura de se ater a ela.

É claro que este é somente um lado da história, o das ciências sociais como fenômeno de massas. O outro lado da história é o das ciências sociais como área de produção intelectual, pesquisa científica e trabalho altamente profissionalizado, que atinge tão somente uma pequena parcela desta realidade mais ampla. Em parte, ele é formado por sobreviventes dos cursos de ciências sociais espalhados por toda a região; em parte, por pessoas que passaram por experiências pedagógicas pouco usuais, influências familiares marcantes, vivências políticas e intelectuais mais intensas. São, por assim dizer, aqueles que fazem ciências sociais por escolha, antes que por destino.

Deixamos aqui de falar de dezenas de milhares de pessoas, para nos referirmos, quem sabe, a algumas centenas em países como o Brasil ou o México (é o número de pessoas, por

exemplo, que participa das reuniões anuais na ANPOCS). Ainda aqui, existem modelos e papéis distintos, e muitas vezes em conflito. Estão aqueles que permanecem basicamente nos cursos de ciências sociais universitários, formando mestres e doutores para um sistema universitário em estagnação, dando aula para alunos geralmente desmotivados, e muitas vezes desprovidos de condições vitais e intelectuais para dar sentido a um campo de conhecimento tão contraditório e minado como o das ciências sociais. Muitos não resistem à frustração do ensino, e buscam outros papéis, em outros contextos: a atividade intelectual, de escritor, que se dirige e é lido pelo grande público; a de pesquisador, que procura se vincular a uma comunidade mais ampla de interlocutores especializados, se possível internacional; a de militantes políticos, que dão sentido à sua vida pela vinculação ativa a partidos políticos ou determinados setores da sociedade; e a de consultor especializado, que vende suas luzes a empresas e órgãos governamentais.

A adoção destes papéis é em parte uma questão de gosto, em parte de possibilidades. Quando bem sucedido, o intelectual tem prestígio na imprensa, o pesquisador tem prestígio acadêmico, o militante político tem poder, e o consultor, dinheiro; o professor tem, no máximo, a admiração de seus alunos. A existência desta pluralidade de funções entre a elite dos cientistas sociais latino-americanos poderia ser interpretada, como parecem fazer Calderón e Provoste, como um sinal de vitalidade da área, que, a partir de uma ciência que se desenvolve, estaria transbordando de seus limites acadêmicos para uma multiplicidade de aplicações. Mas existem, naturalmente, outras interpretações possíveis. A verdade no entanto é que, com poucas exceções, as atividades de assessoria política, empresarial ou governamental não requerem o uso da pesquisa social ou o domínio de habilidades profissionais específicas, mas tão somente o uso inteligente da cultura geral, e o domínio eventual de alguns conhecimentos ou estilos de trabalho que não se aprende nas universidades. As atividades de "intelligentsia" e "científica" frequentemente também se chocam, seja por diferenças genuínas de orientação quanto à natureza da produção de conhecimentos nos diversos campos das ciências sociais, seja pelos impactos profundamente contraditórios que podem ter os diferentes grupos de referência com os quais, de maneira implícita ou explícita, os cientistas sociais dialogam.

A problematização do conteúdo da atividade dos cientistas sociais não pode cair no simplismo de tentar explicar conteúdos, simplesmente, pelos interesses ou posições sociais das pessoas, mas tampouco pode deixá-las de lado. Esta problematização requer que nos perguntemos, por exemplo, sobre que tipo de ciências sociais tende a ser desenvolvido ou propagado no contexto dos cursos massificados de ciências sociais, incluindo aqueles de tipo mais profissionalizado, como a educação ou o serviço social. Este contexto pode explicar não somente eventuais orientações ideológicas, mas inclusive aspectos relacionados com a própria

natureza do trabalho científico. É provável que ele seja incompatível, por exemplo, com uma ciência social que requeresse o uso de técnicas quantitativas mais complexas, ou o manejo mais amplo de uma literatura internacional. A natureza extremamente estratificada deste tipo de contexto, com algumas figuras polarizando as posições de maior prestígio e definindo padrões e critérios de validade, e uma grande massa de seguidores, deve ter também suas consequências: Os critérios de validação de teorias, autores e abordagens estarão possivelmente mais ligados a estes mecanismos de autoridade, e a procedimentos de identificação das diferentes pessoas e autores com determinadas correntes ou mesmo movimentos políticos do que critérios que eventualmente possam prevalecer nas comunidades de tipo mais acadêmico, em geral menores, mais especializadas e relativamente menos hierarquizadas.

Seria necessário ver também que tipo de conhecimento é impartido pelos cientistas sociais que oferecem serviços de consultoria, ou participam de órgãos e agências governamentais. Sabemos perfeitamente que as ciências sociais não constituíram tradições de trabalho aplicado, prático e profissional, e que as pretensões de constituir uma ciência das "políticas públicas", ou da ação social, nunca foram muito longe. A questão do uso da pesquisa social por governos e empresas tem sido bastante estudada, e o que se nota é que pesquisas são contratadas por muitas razões (legitimação de políticas, cooptação os cientistas sociais, busca de fortalecimento de determinados setores em lutas inter-burocráticas. etc.), das quais o uso efetivo dos resultados obtidos nem sempre é o mais importante. As alianças que se estabelecem entre cientistas sociais e igrejas, partidos políticos e setores das burocracias governamentais são, com toda a probabilidade, caminhos de duas mãos, por onde passam não somente a influência dos cientistas sociais no ambiente externo, mas o impacto deste ambiente nas hierarquias de prestígio e autoridade da comunidade acadêmica, assim como no próprio estilo e orientação do conhecimento que se produz.

Finalmente, caberia examinar também o que se produz em termos das ciências sociais que se pretendem mais acadêmicas e científicas; em que medida, por exemplo, a incorporação dos estilos e procedimentos próprios da atividade acadêmica (sistemas de "peer review", revistas especializadas, cursos de pós-graduação, congressos científicos, etc.) produzem de fato resultados significativos, ou não vão além da simples cópia dos estilos de outras disciplinas para efeitos de prestígio e reconhecimento.

Esta problematização dos conteúdos, combinada com a problematização dos papéis e da institucionalização das ciências sociais, requer um exame aprofundado dos conteúdos efetivamente produzidos pelas ciências sociais na região, e uma tomada de posição

necessariamente difícil, mas indispensável, sobre o que significa um conteúdo intelectualmente rico, criativo e estimulante, e o que é empobrecido, dogmático e embrutecedor. A dificuldade desta tomada de posição é que, por definição, ela jamais será aceita consensualmente. Mas ela é também indispensável, porque, se não fosse possível distinguir o que vale e o que não vale a pena nas ciências sociais, todo este esforço de análise sobre a institucionalização das ciências sociais na América Latina deixaria de ter sentido.